

## UMA RUA BATIZA UMA REVOLUÇÃO (A propósito da "Praieira")

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

O falecimento do historiador pernambucano Amaro Quintas, em maio do corrente ano, privou-nos não só de um grande estudioso de nossa história social, especialmente no que tange ao seu Estado, como privou-nos de um dos mais significativos autores de quantos escreveram sobre a revolução denominada "Praieira", nome tirado da rua "da Praia", na qual se localizava o jornal que a apoiava e a defendida. De fato, coube a Amaro Quintas, como já tivemos oportunidade de demonstrar em trabalho anterior e como, mais uma vez, se demonstrará na nota que lhe foi dedicada na seção "Vultos da Historiografia Brasileira", deste número, perscrutar de maneira mais profunda que qualquer outro autor o sentido social da revolta pernambucana de 1848.

No trabalho anterior procuramos salientar os diversos enfoques dados ao movimento da "Praieira", inclusive com a bibliografia crítica do que de mais expressivo se escrevera sobre o tema. Sem preocupação repetitiva, nossa intenção será agora, mais uma vez, mostrar as raízes do movimento, de maneira a nos conscientizar do alcance de seus propósitos e de seu significado.<sup>1</sup>

Convém frisar, de início, que a "Praieira" foi fruto da época e do meio onde se desenrolou. Não podia Pernambuco escapar às conseqüências da estrutura política do Império, com sua excessiva centralização, estando as províncias entregues aos caprichos dos chefes políticos, que faziam o "jogo", ora dos liberais, ora dos conservadores. Se as queixas eram inúmeras contra a situação conservadora que caiu em

<sup>(1)</sup> V., de nossa autoria, **A "Praia" na ótica do século XX**. "Memória da IVª Semana da História", pp. 283-290. Franca, 1982.

1844, os liberais não deixaram de ter, de igual modo, sua parcela de culpa quando, naquele ano, assumiram o poder e o sustentaram por quatro anos. Em verdade, eram partidos que gravitavam mais em torno de chefes do que de idéias, havendo uma tênue linha separação entre eles, já que seus próprios componentes mudavam, com extrema facilidade, de um partido para o outro, não podendo, por isto mesmo, serem diferentes os seus métodos de governo.

Eis aí o porquê da história política do Império girar sempre em torno da sucessão freqüente de gabinetes liberais e conservadores, perturbando sobremaneira a vida das províncias, as quais, pelo isolamento em que geralmente se encontravam do governo central, iriam sentir, de perto, as conseqüências advindas da própria situação política do País.<sup>2</sup>

O domínio da "Praia" em Pernambuco não foi menos arbitrário que o da situação conservadora, determinado, obviamente, os mesmos ódios e as mesmas rivalidades.

Por isto, acreditamos que, do ponto de vista político a "Praieira" não tenha passado de um movimento "liberal" do gênero dos de São Paulo e Minas e sem alteração alguma para a vida política do País, salvando-se dela, contudo, por exemplo, a dedicação de um Nunes Machado e o heroísmo de um Pedro Ivo. Entretanto, convém enfatizar nela um sentido bem mais profundo do que nas mencionadas revoluções de 1842, qual seja o social.

Para então entendermos a "Praieira", necessitamos conhecer a situação de Pernambuco durante o século XIX, assaz interessante tanto do ponto de vista social, quanto do econômico. Era uma região que se avantajara a todas as demais do País, tanto no que concerne à opulência, como no que diz respeito à cultura de seus filhos e ao brilho de sua sociedade - conseqüência natural do ciclo açucareiro - sofrendo, por outro lado, a decorrência do desequilíbrio sócio-econômico gerado pela sua aristocracia rural e economia latifundiária. Compreende-se, pois, sua posição como foco de liberalismo, favorável a todos os movimentos de natureza liberal que tivessem em seus programas o objetivo de atenuar a situação então existente.

<sup>(2)</sup> Durante o Segundo Reinado, no período compreendido entre os anos de 1840 e 1889, sucederam-se no poder 36 gabinetes, dos quais 19 liberais, 16 conservadores e apenas 1 de conciliação.

Os movimentos anteriores, de 1817 e 1824, lá ocorridos, foram marcos de profunda significação. A experiência regencial ao em vez de amenizar a fermentação revolucionária, serviu antes para agitá-la mais ainda.

Neste clima de descontentamento é que vivia a maior parte da província: de hostilidade para com as classes dominantes, de aspiração a uma organização mais racional e compatível com a época, de arregimentação de forças capazes de tentar solapar a estrutura sócio-econômica, em decorrência, da política, de infiltração e propagação de idéias revolucionárias, constatadas pela ação de um Antônio Pedro de Figueiredo, Abreu e Lima, Antônio Borges da Fonseca, Soares de Azevedo, cultores todos do socialismo utópico europeu daqueles dias, seguidores que eram de Fourier, Preoudhom, Owen, Saint-Simon, Louis Blanc, especialmente após a chegada ao Recife, Vauthier, engenheiro francês contratado pelo governo da província para diversas obras públicas, e que, adepto do socialismo francês, exerceu marcante influência no ambiente cultural da capital pernambucana de seu tempo.<sup>3</sup>

Apesar desta influência dos autores e das idéias francesas, não se pode afirmar que o movimento da "Praia" houvesse tido, de início, caráter republicano, muito embora tal tendência surgisse mais tarde.

O grande inspirador da rebelião, o de idéias mais avançadas, sem dúvida alguma, fora Borges de Fonseca, o célebre "Repúblico", agitador político e social e o verdadeiro líder da revolução, depois do desastre de 2 de fevereiro de 1849, onde perdeu a vida o chefe Nunes Machado.

Toda a vida do grande "Repúblico", como demonstramos exuberantemente em trabalho a ele especialmente dedicado, esteve sempre voltada para os problemas sociais, sempre pensando na defesa dos menos favorecidos, como o demonstra, entre outras coisas, o seu "Manifesto ao Mundo", de 1º de janeiro de 1849, no qual se consubstancia a bandeira da Revolta. Seu programa era avançadíssimo para a época,

<sup>3</sup> Vauthier deixou um interessantíssimo **Diário Íntimo**, publicado pela primeira vez por Gilberto Freyre, com prefácio e notas, como volume 4º da série de publicações do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro (1940). Posteriormente Freyre publicou o importante ensaio **Um engenheiro francês do Brasil** biografando a Vauthier e reimprimindo seu **Diário** como segundo volume (Rio de Janeiro, José Olympio, 1940. Col. "Documentos Brasileiros", v. 26).

chegando a surpreender a muitos dos próprios adeptos do movimento, que não tencionavam ir tão longe.<sup>4</sup>

Um dos itens mais significativos de seu programa era o que se referia à nacionalização do comércio a retalho, concentrado, não só em Pernambuco, como no país todo, nas mãos dos portugueses, numa situação desvantajosa para os nacionais, mesmo porque, em 1844, no Recife, havia 77 grandes comerciantes, dos quais apenas um terço brasileiros, estando o restante nas mãos de estrangeiros, principalmente portugueses, então apelidados de "marinheiros", pelo fato de se encarregarem da via marítima, tanto para exportação, quanto importação. E aos brasileiros não restavam senão os empregos públicos ou a vida de soldado, como denunciava em 1847 o nacionalista Bento de Loyola.

Os próprios artistas pernambucanos, através da **Petição dos Artistas**, denunciaram de igual modo esse domínio estrangeiro, não só sobre o comércio, como os ofícios, recebendo apoio em sua campanha dos principais líderes políticos como Borges da Fonseca e Nunes Machado.

No governo de Chichorro da Gama (1845-1848) já se verificaram invasões aos engenhos, a incitação de seus moradores contra os proprietários, enfim o momento em que se desencadearam as hostes revolucionárias e as reivindicações populares, muito embora, de há muito, viesse vindo uma onda de intensa revolta, detonada pelos radicais da "Praia", tornando-se memorável o episódio do "Mata, mata, marinheiros", ocorrido em dezembro de 1847 e junho de 1848. Enfim, o movimento mobilizava as massas, no dizer do próprio Figueira de Melo, o chefe de polícia incumbido de abafá-lo.

Parece-nos notório, num outro ângulo da "Praieira", o seu caráter acentuadamente nativista, como aliás observou Pedro Calmon ao lembrar que todos os movimentos ocorridos após a Independência e até a "Praieira", são eles:

"xenófobos, misturando ao instinto nacionalista as cóleras baixas e ferozes do povo das ruas, visando ao homem de fora, porém especialmente ao monopolista dos negócios, ao provedor de gêneros, ao responsável pela vida cara,

<sup>(4)</sup> Ricci, M. L. S. R. - **A atuação política de um publicista: Antônio Borges da Fonseca**. Campinas, Pont. Univ. Católica, 1995

enriquecido no balcão, odiado das populações pobres, ainda mais indigentes em consequência das desordens políticas e da paralisia econômica em que se afogavam; eram conflitos atiçados pelo nativismo, mas de transparente sentido social".<sup>5</sup>

Mais ainda: um pequeno trecho do "Manifesto" de novembro de 1848, fundamentará e complementará os dizeres do historiador baiano, a respeito dessa luta contra o elemento português. Numa linguagem desabrida e violenta, ressumando ódios e vinganças e que, embora sem representar o pensamento "oficial" dos "praieiros" (porque tal linguagem é bem característica de uma certa imprensa "pasquieira" da época) teve influência muito grande na vida política brasileira:

"Pernambucanos! O partido absoluto miguelista se acha no poder, unido aos portugueses do Rio de Janeiro e daqui, e acaba de dar princípio à obra de nossa escravidão, entregando as nossas vidas e propriedades aos nossos mais encarniçados inimigos: os portugueses e os intitulados fidalgos Cavalcantis... A máquina infernal, fabricada pelo português José Clemente, está sendo usada pelo presidente carrasco dos pernambucanos... Este presidente, escolhido e comprado pelos portugueses da rua da Quitanda para estrangular os pernambucanos, entregando-os aos seus verdugos, está manifestamente procurando desempenhar esta horrível missão; nenhum de nós escapará à perseguição e à morte. Os nossos brios e a nossa dignidade não consentem que nos curvemos ao jugo de ferro de inimigos tão rancorosos: mil vezes com as armas na mão, vendendo caras as nossas vidas, do que, covardes, sujeitar-nos a uma escravidão tão vergonhosa!"

\*

Nesta rápida visão em torno da "Praieira", acreditamos ter podido demonstrar não ter sido ela apenas um acontecimento político, uma vez que, pelo menos três aspectos distintos, embora todos entrelaçados, a tornaram bastante complexa, muito mais mesmo do que se

<sup>(5)</sup> Calmon, P., História Social do Brasil, tomo II, p. 120. São Paulo, Editora Nacional, 1937.

tivesse sido meramente ocasionada pela queda da situação liberal: o primeiro deles, o sócio-econômico, decorrente da própria situação em que se encontrava a província, com sua aristocracia rural e economia latifundiária apoiada no braço escravo, numa época em que, na Europa, novas idéias procuravam imprimir ao trabalho e à sociedade, um sentido mais humano e racional; o segundo, seu aspecto nativista, característico de uma época em nossa vida de país independente; e o terceiro, o político, que tornou possível a eclosão do movimento, pela antiga rivalidade partidária, própria não só de Pernambuco como do País como um todo, consequência da peculiar estrutura do Império.